



Chonin de Cima: territorialidades rurais, memórias e re-existências culturais no Vale do Rio Doce

Chonin de Cima: rural territorialities, memories, and cultural re-existences in the Rio Doce Valley

Mayke Douglas Martins de Souza¹ 

Patrícia Falco Genovez² 

Maria Terezinha Bretas Vilarino³ 

Resumo

Este artigo analisa como território de afetos, memórias e re-existências influenciam a vida da comunidade rural de Chonin de Cima, no município de Governador Valadares (MG), no vale do rio Doce. A partir de uma abordagem etnográfica e do Inventário Participativo de Referências Culturais (IPHAN), o estudo registra como laços de vizinhança, a religiosidade e os saberes tradicionais configuram uma territorialidade própria, marcada pela solidariedade e pela permanência. O diálogo com a geografia humanista e com perspectivas decoloniais permite interpretar o território como espaço simbólico e político, onde o cotidiano revela formas silenciosas de resistência diante das transformações impostas pela modernização e pela urbanização. Em Chonin, o território é vivido no ritmo das memórias, não como passado distante, mas como presença que se reinventa na experiência coletiva.

Palavras-chave: território; memória; patrimônio cultural; ruralidade; afetos.

Abstract

This article has as focus the territory as a space of affections, memories, and re-existences shaping the day-by-day life of the rural community of Chonin de Cima, in the municipality of Governador Valadares, Minas Gerais, in the Rio Doce Valley, Brazil. Having as start point an ethnographic approach and the Participatory Inventory of Cultural References developed by IPHAN (Brazilian National Institute of Historic and Artistic Heritage), this study highlights how neighborhood ties, religiosity, and traditional knowledge making up a distinctive territoriality grounded on solidarity and continuity.

¹ Mestre pelo PPG-GIT (Gestão Integrada do Território) da Universidade Vale do Rio Doce (Univale). E-mail: mayke.souza@univale.br

² Dr^a em História. Professora do PPG-GIT na Universidade Vale do Rio Doce (Univale). E-mail: patricia.genovez@univale.br

³ Dr^a em História. Professora do PPG-GIT na Universidade Vale do Rio Doce (Univale). E-mail: maria.vilarino@univale.br

Drawing on humanistic geography and decolonial perspectives, this article interprets territory as a symbolic and political space in which everyday life reveals subtle forms of resistance to the transformations imposed by modernization and urbanization. In Chonin, territory is experienced through the rhythm of memory, not as a distant past, but as a living presence continually reinvented through collective experience.

Keywords: territory; memory; cultural heritage; rurality; affections.

Introdução

Há lugares que resistem ao passar do tempo não apenas por suas paisagens, mas pelas vozes que ainda ecoam entre as casas, pelos gestos que se repetem, pelos saberes que se mantêm vivos no cotidiano. Assim é Chonin de Cima, distrito mineiro, no vale do Rio Doce. Embora pequeno, como vários outros pelo interior do Brasil, é um lugar que guarda um universo inteiro de memórias, afetos e formas de estar no mundo. Entre o som do sino da igreja e o estalar da lenha no fogão, revelam-se práticas e referências culturais que falam de uma história coletiva: a de um povo que constrói o território com o próprio corpo, com o trabalho cotidiano e com uma fé fortemente enraizada.

A imersão em Chonin de Cima nos permite adentrar numa discussão pertinente e atual sobre a construção das identidades culturais em territórios rurais, profundamente ligadas às memórias e aos modos de vida que foram transmitidos entre gerações. Esses saberes, expressos nas festas, nas cantigas, nas receitas culinárias e nas práticas de cura, constituem um patrimônio vivo, tecido nas relações entre as pessoas e o espaço. No entanto, nas últimas décadas, as narrativas hegemônicas sobre o progresso e o desenvolvimento, estabelecidas em uma lógica urbanocêntrica, têm contribuído para a invisibilização dessas expressões. O urbanocentrismo ecoa não só como uma visão de mundo, mas implica em políticas ou modelos de desenvolvimento que priorizam o espaço urbano, frequentemente marginalizando realidades rurais, sejam elas tradicionais e/ou periféricas (Farias; Faleiro, 2020). Vista por essa perspectiva, essa lógica acaba por apagar não apenas práticas e costumes, mas modos de pensar e de sentir que configuram um conhecimento profundo sobre o território e suas dinâmicas.

O processo histórico de ocupação do Vale do Rio Doce, desde o período colonial, foi marcado por uma exploração predatória e pela expropriação de terras e saberes que caracterizaram também a formação e consolidação de Governador Valadares, município

que incorporou o distrito de Chonin de Cima, desde sua emancipação, em 1937. Conforme apontam Espindola (2005, 2015) e Vilarino e Genovez (2019), o projeto de “civilização” do Rio Doce implicou a subjugação dos povos originários, o desmatamento da Mata Atlântica e a reconfiguração violenta das paisagens. O que se apresentava como um discurso de progresso traduziu-se, na prática, em uma política de dominação e de silenciamento das culturas locais. O território, então, foi moldado por uma racionalidade que separou o humano da natureza, o urbano do rural, a ciência acadêmica do saber popular (Vilarino, 2020).

Dessa forma, compreender as territorialidades rurais implica reconhecer que essas relações não são apenas geográficas e administrativas, mas também políticas e simbólicas, marcadas por disputas, resistências e pertencimentos (Saquet; Briskievicz, 2009; Saquet; Sposito, 2009). Como ressalta Albuquerque Júnior (2017), a relação dos grupos humanos com a terra e seus territórios não se restringe à apropriação da natureza e dos espaços, mas envolve disputas de posse e propriedade, expressando relações de poder, dominação e soberania.

É nesse contexto que se insere o presente estudo, voltado à compreensão das territorialidades rurais e das referências culturais do distrito de Chonin de Cima, o mais antigo de Governador Valadares, situado entre montanhas e vales que guardam as marcas da antiga ocupação indígena e da expansão cafeeira (Figura 1).

Suas ruas estreitas, suas casas de adobe e suas festas religiosas expressam a persistência de uma identidade coletiva que se faz no entrelaçamento entre o passado e o presente. Nesse âmbito, o artigo busca compreender como essas referências culturais, muitas vezes invisibilizadas, se atualizam, produzindo sentidos de pertencimento e re-existência (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022).

O estudo adota como principal abordagem metodológica o Inventário Participativo de Referências Culturais, proposto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Florêncio *et al.*, 2016). Essa metodologia, baseada na escuta e na participação comunitária, permite que os próprios moradores sejam protagonistas do processo de reconhecimento de suas referências culturais. Mais do que um levantamento técnico, o inventário é uma prática de partilha e de valorização dos saberes locais. Ele se constitui como um espaço de diálogo, onde o pesquisador não é mero observador, mas participe da experiência coletiva de memória e pertencimento. Através das entrevistas,

dos registros orais, das fotografias e das descrições do território colhidos em campo, buscou-se, então, constituir uma coleção de gestos e palavras que narram o cotidiano de Chonin de Cima e revelam suas múltiplas territorialidades.

Figura 1: Área urbana do distrito



Fonte: Adaptado de Google Earth (2025). Elaboração do autor 1

Este artigo propõe, portanto, um diálogo entre memória, cultura e geografia. Ao trazer à luz as vozes e os saberes de Chonin de Cima, busca-se não apenas preservar a memória local, mas também contribuir para a construção de uma ciência mais plural e decolonial; uma ciência capaz de reconhecer nos gestos simples da vida rural o mesmo valor que atribui às formas eruditas de conhecimento. Trata-se de um movimento de re-existência epistemológica, em que os saberes tradicionais deixam de ser objetos de estudo e tornam-se parceiros na produção do conhecimento (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022). Como afirmam Estevam e Vianna (2024), ampliar o campo do patrimônio científico é reconhecer que os saberes populares também são ciência, e uma ciência que transforma.

Para tanto, o artigo organiza-se em três eixos interdependentes. O primeiro apresenta os processos da formação territorial do Vale do Rio Doce e de Governador Valadares, situando-os historicamente. O segundo dedica-se à análise e interpretação das referências culturais do distrito, identificadas por meio do Inventário Participativo.

O terceiro eixo discute os conceitos de cultura, território e territorialidade sob a perspectiva da geografia humanista e das abordagens culturais contemporâneas, articulando-os às experiências e práticas cotidianas observadas em Chonin de Cima.

Formação territorial do Vale do Rio Doce e Governador Valadares

O território do Vale do Rio Doce carrega em sua paisagem as marcas de uma longa história de ocupações, deslocamentos e silenciamentos. Antes que o som dos trens e das serras elétricas ecoasse pelos vales, a região se constituía como um vasto território de floresta densa, habitado pelos povos originários, em especial os Aimorés, denominados pejorativamente pelos colonizadores portugueses como Botocudos (Emmerich; Monserrat, 1975)⁴. Sua relação com o rio e com a mata era de reciprocidade: o rio como caminho e alimento, a floresta como abrigo e espírito. No entanto, a chegada dos colonizadores, entre os séculos XVIII e XIX, e a posterior imposição da lógica do “progresso”, nas primeiras décadas do século XX, romperam esse equilíbrio ancestral, instaurando um processo de conquista que se estenderia por décadas e deixaria cicatrizes profundas na terra e na memória (Santana, 2025).

Como analisam Espindola (2005, 2015) e Vilarino e Genovez (2019), a ocupação do vale foi guiada por uma racionalidade colonial e extrativista, sustentada por ideais de civilização e desenvolvimento que ocultavam a violência da expropriação. Neste aspecto, podemos considerar que havia um projeto de integração do sertão ao litoral que significava, na prática, a expansão das frentes de exploração e a submissão das populações indígenas e caboclas. Essas frentes ocorreram mediante expedições que cruzaram o Rio Doce em busca de terras férteis e riquezas naturais, mas, elas também trouxeram consigo doenças, armas e um novo modo de organizar o espaço que separava o homem da natureza e interferia na cultura da vida cotidiana. A floresta, nesse processo, foi lentamente convertida em mercadoria; o território, em recurso; e os povos que o habitavam, em obstáculo ao avanço da modernidade.

O vale, que antes pulsava em diversidade biológica e cultural, foi transformado em cenário de exploração econômica e degradação ambiental na primeira metade do

⁴ Os indígenas remanescentes dos Aimorés são o atual povo Krenak.

século XX. A destruição da Mata Atlântica abriu caminho para o avanço da pecuária e da monocultura.

A extração da madeira e, mais tarde, o cultivo do café e a exploração de minérios reconfiguraram a paisagem e os modos de vida, tanto no âmbito urbano quanto no rural. O território do Rio Doce se constituiu como uma fronteira de exploração permanente. Esse processo, marcado pela acumulação desigual, acabou produzindo uma espacialidade de contrastes: enquanto o centro urbano se expandia, as zonas rurais se tornavam territórios de ausência e esquecimento (Espindola, 2015). Chonin passou por esse processo, com a destruição de suas matas e exaustão de suas reservas de minérios. O esgotamento de sua principal mina (Golconda) levou a um intenso processo de estagnação e declínio do distrito (Obergh, 1958; Genovez *et al.*, 2018; Genovez; Cazarotto; Vilarino, 2025).

Governador Valadares apresentou um processo histórico marcado por expansão urbana e econômica entre as décadas de 1940 a 1960. A urbanização acelerada reforçou essa assimetria entre o núcleo do distrito sede urbano e as comunidades e distritos em seu entorno, marcadamente rural. A cidade, delineada às margens do Rio Doce, tornou-se símbolo de modernização, atraindo fluxos migratórios das zonas da Mata e Central de Minas Gerais, além de levadas originárias do nordeste do Brasil, consolidando-se como polo regional, desde os anos 1910 com a instalação da Estação de Figueira – hoje Estação Governador Valadares – da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Nesse processo, os distritos rurais e as comunidades do entorno passaram a ocupar um lugar periférico, tanto na economia quanto na memória coletiva. Entretanto, são justamente esses territórios, os guardiões de saberes tradicionais, que mantêm viva a herança cultural do Vale do Rio Doce, ressignificando práticas ancestrais e preservando formas de sociabilidade que escapam às lógicas do grande capital e da produção intensiva que se propagou na região (Vilarino; Genovez, 2019; Espindola, 2005, 2015; Espindola; Wendling, 2008).

A urbanização acelerada da segunda metade do século XX intensificou essa dicotomia. O campo foi associado ao atraso; a cidade, à modernidade. As margens do rio Doce, hoje marcadas pela poluição e pelo colapso ambiental derivados do rompimento da barragem de Fundão (2015), são testemunhas desse processo de exclusão: nelas, os trabalhadores rurais, migrantes e comunidades tradicionais constroem cotidianamente outras formas de resistência e pertencimento.

Dessa forma, a história da região é atravessada por uma dialética entre a destruição promovida pela contraface do capital e a re-existência (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022). Se o projeto de desenvolvimento impôs rupturas, ele também suscitou novas formas de adaptação e solidariedade. As comunidades rurais, muitas vezes relegadas ao esquecimento, preservaram mesmo que parcialmente suas práticas e saberes que sustentaram o tecido social e cultural do Vale. São esses saberes que, hoje, nos permitem revelar uma geografia viva, feita de memórias, afetos e resistências silenciosas (Tuan, 1983; Claval, 2001, 2014; Silva; Costa, 2022).

Como observa Haesbaert (1999, 2005, 2010, 2021), o território é sempre produto de relações de poder, mas também de significação. Nele, também, o conflito se transforma em criação. No Vale do Rio Doce, a materialidade da terra e a imaterialidade da memória se fundem, formando um mosaico de experiências que desafia as fronteiras entre o rural e o urbano, entre o passado e o presente.

Dessa forma, compreender a formação territorial do Vale do Rio Doce é mais do que revisitar um processo histórico, é reconhecer que, sob o concreto das cidades e sob as ruínas das florestas, continuam a pulsar as memórias e os modos de vida que estruturam a identidade regional. Portanto, a noção de território, aqui, extrapola o material e o âmbito físico e alcança a dimensão de corpo; um corpo ferido, mas ainda vivo. É nas comunidades rurais, como Chonin de Cima, que esse corpo se reergue, reinventando suas formas de existir e de narrar o mundo (Haesbaert, 2021; Silva; Costa, 2022).

Chonin de Cima: lugar de afetos, memórias e saberes compartilhados nas referências culturais de Chonin de Cima

A formação de Chonin de Cima remonta às primeiras frentes de ocupação do Vale do Rio Doce, quando o encontro entre povos originários e colonos estabeleceu uma relação tensa, marcada por conflitos, deslocamentos e tentativas de convivência. Como observa Oberg (1958), o processo de ocupação dessa região seguiu o ritmo do avanço das fronteiras agrícolas e das iniciativas de colonização.

A consolidação da agricultura familiar e o crescimento de algumas comunidades (Córregos)⁵ em Chonin de Cima, ao longo do século XX, permitiram o surgimento de

⁵ Denominação comum no interior do Brasil para comunidades rurais próximas a pequenos cursos d'água.

redes de parentesco e compadrio que estruturaram o tecido social. As relações de ajuda mútua, como os mutirões para construir casas, plantar ou colher, formaram uma ética de cooperação que permanece viva até hoje. Brandão (1995) descreve esse modo de vida como a partilha da vida em comum, uma dimensão da cultura popular em que o trabalho é também gesto de comunhão e de fé. As entrevistas realizadas revelaram uma dinâmica de forte cooperação comunitária, em que o trabalho coletivo e a solidariedade cotidiana foram lembrados como marcas do passado. Essa descrição de um tempo partilhado se fez mediante o procedimento metodológico descrito a seguir.

A realização do inventário participativo em Chonin de Cima seguiu os princípios propostos por Corsino (2000), Florêncio *et al.* (2016) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que concebem o inventário não apenas como instrumento técnico, mas como prática social e educativa. A proposta metodológica partiu do reconhecimento de que o patrimônio cultural não se limita ao objeto, mas reside nas relações, nos modos de fazer, nas celebrações e nas expressões que conferem sentido à vida cotidiana, considerando o território como algo vivido e vívido (Escobar, 2014). Assim, o trabalho de campo foi orientado pela escuta, pela convivência e pela ética do respeito, tendo em mente que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Vale do Rio Doce (CEP/Univale)⁶, buscando compreender as dinâmicas culturais a partir da perspectiva dos próprios moradores.

Foram adaptadas as fichas oficiais do IPHAN relativas ao Projeto, Território, Categorias, Fontes, Imagens e Entrevistas, às especificidades do contexto local (Florêncio *et al.*, 2016). Essa adaptação permitiu registrar as referências culturais de forma mais livre e sensível, valorizando o modo como a comunidade nomeia e interpreta seus bens. O processo privilegiou o diálogo e a coparticipação: cada morador participante⁷ foi convidado a contribuir com lembranças, fotografias, histórias e objetos que considerava significativos. A escuta atenta e o registro narrativo foram tão importantes quanto as descrições formais, pois revelaram o tecido afetivo que sustenta a noção de patrimônio (Escobar, 2014).

⁶ A pesquisa original está inserida no projeto "O patrimônio material e imaterial e seu diálogo com a paisagem cultural na microrregião de Governador Valadares: pertencimento, cultura e ambiente após o rompimento da Barragem de Fundão (Samarco/BHP Billiton/Vale)", submetido e aprovado pelo CEP da Univale (CCAEE - 61888716.2.0000.5157).

⁷ A pesquisa de campo envolveu a participação de 14 moradores de Chonin de Cima e Governador Valadares, cujas idades variam entre 65 e 85 anos. Dos 14, somente dois não nasceram em Chonin, mas em localidades próximas.

O trabalho de campo foi facilitado por contato com a então coordenadora da Associação dos Moradores e Amigos de Chonin de Cima⁸, que possibilitou o acesso à comunidade. Ela nos apresentou a moradores mais antigos do distrito que demonstraram interesse em compartilhar histórias e lembranças sobre o território. Num movimento solidário de “bola de neve” – procedimento de metodologia qualitativa que constitui o critério de formação do grupo de participantes da pesquisa – um morador nos levou a outro, compondo um grupo consistente de participantes. A metodologia para entrevistas seguiu os princípios do Inventário Participativo, conforme orienta o Manual de Aplicação do IPHAN (Florêncio *et al.*, 2016), sendo guiada pelas fichas das categorias: lugares, objetos, celebrações, formas de expressão e saberes. Cada entrevista foi registrada em áudio, com o consentimento livre e esclarecido dos participantes, e transcrita posteriormente. Durante as conversas, o pesquisador 1 fez anotações em caderno de campo e registros fotográficos (como nas Fotografias 1), garantindo a captação dos elementos que emergiam espontaneamente.

Fotografias 1 - Objetos relacionados aos ‘saberes culinários’: (a) Fogão a lenha, (b) Fogão a lenha de uma boca, (c) Forno de barro



Fonte: Fotografias do acervo do autor 1

A seguir, construiu-se o Quadro 1 com as referências culturais identificadas, organizadas conforme as categorias propostas pelo Inventário Participativo. Cada item do quadro foi reconhecido com base nos relatos dos moradores, que atribuíram significados simbólicos a esses elementos a partir de suas experiências, memórias e relações com o território.

⁸ Na época da pesquisa a Coordenadora era professora de História na rede pública de ensino. Egressa do Curso de História da Univale.

Quadro 1: Algumas referências culturais identificadas em Chonin de Cima e comunidades do entorno

(continua)

| Categoria | Referência Cultural | Descrição breve e significados atribuídos |
|----------------------------|----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Lugares | Igreja Velha (Igrejinha) | Considerada o marco da comunidade, é mencionada como lugar de oração, encontros e cerimônias religiosas desde os tempos antigos. Apesar de não estar mais em uso, permanece como símbolo de fé, memória coletiva e resistência espiritual. |
| | Praça pública | Lugar central da convivência no distrito, utilizado para encontros, conversas, eventos religiosos e manifestações culturais. Interessante observar que ela possui um formato linear que acompanha a larga rua. |
| | Campo de futebol | Espaço de lazer e diversão que se tornou ponto de encontro regular para jovens e adultos, fortalecendo o sentimento de pertencimento. No local além de acontecer os amistosos entre times dos distritos, acontece a festa do Choniense Ausente no mês de setembro. |
| Objetos | Prato esmaltado | Objeto lembrado com afeto, associado às refeições em família. Cada criança possuía o seu, sendo símbolo de cuidado e memória afetiva. |
| | Coroação de Nossa Senhora | Celebração religiosa no mês de maio, dedicado ao mês de Nossa Senhora. É uma tradição desde a Igreja Velha, que passa de geração em geração. Os cânticos, as vestimentas e arranjos específicos estão guardados na memória dos entrevistados, mesmo que nos dias atuais fazem parte de outra religião. |
| | Festa de São Sebastião e caboclinhos | Celebração tradicional lembrada desde a infância, com cânticos específicos e forte envolvimento familiar, especialmente do pai de uma entrevistada. |
| Formas de Expressão | Cantigas de roda | Expressão cultural transmitida entre gerações |
| | Contação de causos | Tradição oral que preserva memórias e saberes regionais. Geralmente a família e vizinhos se reuniam nos quintais para contar causos e histórias. |
| | Banda Princesa Isabel | Grupo musical da comunidade que ensaiava e se apresentava localmente, reforçando os vínculos culturais e o sentimento de pertencimento. |
| Saberes | Benzeção com ervas | Práticas de cura realizadas com fé e sabedoria popular, usadas para tratar desde espinhela caída até esporão, utilizando orações e elementos naturais. |
| | Parteiras e cuidados de recém-nascidos | Saber ligado ao cuidado com bebês, respeitando rituais de proteção, como evitar visitas antes dos sete dias de vida |
| | Produção de remédios caseiros | Conhecimento popular sobre ervas e saúde. |

Quadro 1: Algumas referências culturais identificadas em Chonin de Cima e comunidades do entorno

(conclusão)

| Categoria | Referência Cultural | Descrição breve e significados atribuídos |
|------------------|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Saberes | Culinária tradicional afetiva (quitandas) | Saber compartilhado que reforça identidade e memória afetiva. As quitadeiras de Chonin é uma tradição que antecedem as padarias. Roscas, bolos, broas, biscoitos feitos de modo artesanal, geralmente em fornos de barro ou assadas no fogão a lenha com brasas sob as formas. |
| | O uso da Araruta | Um rizoma (caule sob a terra), com propriedades medicinais reconhecida tradicionalmente como a primeira medicina do povo. Sua goma é usada no tratamento de dores de barriga em crianças e também no preparo de farinha, mingau e biscoitos. |
| | Modo artesanal de fazer farinha de mandioca | Envolve o processo de cascar, ralar, prensar e secar a mandioca utilizando instrumentos tradicionais como raladeira, cocho de madeira e folhas de coco. A água extraída gera goma usada em outras receitas. |
| | Modo artesanal de fazer rapadura | Conhecimento tradicional transmitido entre gerações, envolve todo o processo artesanal do preparo e venda da rapadura, feito em tachos de cobre e muito esforço coletivo. |
| | Modo artesanal de fazer doces | Prática tradicional com destaque para doces de mamão, batata-doce e leite, preparados em grandes latas e compartilhados em festas e ocasiões especiais, principalmente no casamento na roça. |
| | Modo artesanal de costura | Prática de criação de roupas diversas, vestidos de noiva, embornal de pano para uso cotidiano. Quando comprava tecidos em grandes quantidades, chamavam de fazenda. |
| | Construção de casas com taipas e barro. | Saber que envolve técnicas de escolha e coleta do barro na mata, barrear paredes com barro branco e erguer moradias com os recursos disponíveis no território. Principalmente as paredes e o chão das cozinhas, o fogão e o forno a lenha eram também uma prática muito comum. |

Fonte: Elaboração do autor 1

A experiência no campo evidenciou desafios que exigiram adaptações na abordagem conforme o perfil dos participantes, destacando a necessidade de flexibilidade na pesquisa. Logo nos primeiros contatos, percebeu-se que o inventário participativo ia além de um levantamento técnico, tornando-se um espaço de diálogo sensível e reconhecimento das referências culturais locais. A documentação visual, bem como a descritiva, reforçou a importância das memórias e dos significados atribuídos ao território pelos moradores, consolidando o inventário como uma ferramenta de valorização cultural. O diário de campo, nesse sentido, tornou-se mais que um instrumento técnico e

transformou-se em um testemunho. Nele, o pesquisador se coloca como ouvinte e partícipe, atento às pausas e aos silêncios que também comunicam. A fotografia, por sua vez, foi tratada não como captura, mas como gesto de respeito, quando devidamente autorizada. A pesquisa, portanto, se configurou como uma experiência dialógica e emancipadora: um exercício de escuta em que o território fala por meio de suas pessoas e de seus pertences que, de fato, se constitui como um precioso patrimônio (Escobar, 2014).

A metodologia participativa revelou-se fundamental para compreender Chonin de Cima não como um espaço isolado, mas como território de memória viva. O inventário tornou-se um espelho coletivo, no qual a comunidade se reconhece e se vê representada.

O quadro das referências culturais levantado em campo, elaborado a partir das entrevistas, registros fotográficos (Fotografias 2) e observações, constitui o coração do inventário. Ele sintetiza o que a comunidade reconhece como seu, isto é, o que merece ser lembrado, cuidado e transmitido. Entre os lugares de referência, destacam-se a Igreja Velha, a praça, o campo de futebol e o clube, todos concebidos como espaços que estruturam o convívio e a sociabilidade. São lugares onde o tempo se mistura: o passado das festas antigas e das novenas dialoga com o presente das partidas de futebol e das confraternizações comunitárias.

Fotografias 2 – Igreja velha e geleia de mocotó



Fonte: Fotografias do acervo do autor 1

As celebrações e saberes constituem outra dimensão central: as festas religiosas, as benzeções, o uso de chás e ervas medicinais, a fabricação de quitandas, a costura e a produção artesanal de farinha e rapadura. Esses saberes são formas de continuidade e

resistência. Em outras palavras, são modos de viver e curar que preservam o elo indissociável entre o corpo e a natureza.

As formas de expressão incluem as contações de causos, as cantigas e a atuação da banda Princesa Isabel, que anima procissões e festejos desde a primeira metade do século XX. A oralidade, como herança simbólica, constitui o fio que tece o tempo: é por meio da fala e da memória contada que o passado se renova no presente. As cozinhas de barro, os fogões a lenha, o pilão e os utensílios simples também indicam modos de vida que permanecem, sintetizando com delicadeza essa dimensão material e simbólica da cultura local. Na verdade, esses objetos não são apenas ferramentas: são mapas afetivos da comunidade. Cada utensílio carrega histórias de uso e de afeto: o pilão que pertenceu à avó, o fogão onde se preparava o café das visitas, a panela de ferro que atravessou gerações. São objetos que condensam o tempo e a memória, materializando o vínculo entre pessoas, gestos e lugares.

O que se apreendeu em Chonin mostra que o território não é um simples cenário das ações humanas, mas o resultado e a expressão delas (Haesbaert (2005, 1999, 2010, 2021). Na vida cotidiana deste distrito o corpo, a cozinha e o trabalho se tornam espaços de memória e criação, onde a cultura se reinscreve a cada dia. A fé e o afeto atuam como forças estruturantes, articulando passado e presente, tradição e invenção (Certeau, 1994, 1995). A lentidão do cotidiano é o que sustenta sua vitalidade: é nela que se preservam os vínculos e se reinventam os sentidos da vida.

A Igreja, o campo de futebol, o clube e o fogão a lenha compõem uma geografia simbólica em que se entrelaçam o sagrado, o lúdico e o cotidiano. Esses lugares são mais que estruturas físicas: são pontos de encontro e reconhecimento, espaços onde o tempo se dilata e a memória se renova. A praça em formato linear, mas acolhedora, convive com o eco da antiga Igreja Velha, símbolo de uma fé que se reinventa. A religiosidade, neste aspecto, desempenha papel central na coesão comunitária. Ali, o toque do sino, o cheiro do café fresco e o som das conversas ao entardecer tecem o ritmo lento da vida comunitária.

As narrativas dos moradores de Chonin, registradas nas entrevistas, revelam um forte sentimento de pertença. A memória das festas, das procissões, dos jogos e das partilhas aparece frequentemente nas falas, sempre marcada pela emoção e pela nostalgia de um tempo em que “a vida corria mais devagar”. Como nos lembra Milton Santos (1994, p. 39-41) “a força é dos ‘lentos’ e não dos que detêm a velocidade”. Essa lentidão,

longe de significar imobilidade, é compreendida pelos próprios moradores como modo de resistência; uma forma de manter vivos os vínculos e as tradições diante das transformações da modernidade.

Cultura, território e territorialidades rurais: perspectivas humanistas e resistências do campo

Abordar o território e a cultura em suas dimensões simbólicas e humanas a partir de Chonin é reconhecer que os espaços não são neutros e, como já indicamos no item anterior, é considerar que eles respiram memórias, gestos e afetos. Por isso, a geografia humanista, ao aproximar-se da experiência vivida, permite entrever o modo como o ser humano habita o mundo e transforma o espaço em lugar. Yi-Fu Tuan (1983) nos recorda que o espaço começa como algo indiferenciado, mas, à medida que é impregnado de significados, torna-se lugar. É no cotidiano, ou seja, nos percursos, nas pausas e nas palavras que se constrói o sentido do pertencimento. O território do Distrito, portanto, não é apenas uma porção de terra delimitada por fronteiras políticas ou econômicas, mas um espaço vivido, carregado de sentidos, onde a cultura se faz e se refaz continuamente.

Nessa perspectiva, a cultura em Chonin não é uma substância imutável, mas deve ser considerada como um campo de invenções. Paul Claval (2001, 2014) define a cultura como herança e reinvenção: um conjunto de comportamentos, valores e técnicas transmitidos de geração em geração, mas constantemente reinterpretados à luz das experiências de cada grupo. Assim, as práticas culturais, os rituais e as narrativas dos chonienses são expressões de continuidade e criação, sustentando o elo entre passado e presente. Essa definição de cultura nos permite um diálogo com Michel de Certeau (1994, 1995) que ao refletir sobre o cotidiano, afirma que é nos gestos repetidos da vida comum que se encontram as sementes da invenção cultural.

O fazer ordinário, compreendendo desde varrer o quintal, acender o fogo, cuidar da horta até o cozinhar no fogão a lenha, revela uma sabedoria silenciosa, uma arte de fazer que também é forma de resistência. O cotidiano, para Certeau (1994, 1995), é o lugar onde a história se condensa e se reinventa, onde o tempo longo da tradição se encontra com as brechas criativas do presente. Como se pode apreender das falas de

moradoras entrevistadas⁹ que contam como guardavam o feijão em vasilhame que eles mesmos faziam, e de prática de medicina popular para cura de erisipela:

“Tuia. Ah, isso você nem sabe o nome. Enchia de mantimento. Hoje ninguém fala mantimento. Se falava mantimento. Aí meu pai passava barro, passava barro por dentro e por fora passava barro. Igual aquelas casas antigamente de enxumento. E colocava feijão, passava de um ano para o outro. Não dava bicho” (Dona Hibisco, 2024).

Erisipela): “A gente tem que rezar na estrela... ‘Senhor, vem curar. Estrela no céu. Morre a erisipela aqui nessa pele e vive a estrela no céu. Com Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo” (Dona Bromélia, 2024).

Essa imagem da cultura como um campo de permanências e invenções ecoa fortemente nos territórios rurais e, por conseguinte neste Distrito, onde o tempo do corpo, do trabalho e da fé mantém uma cadência própria, nem imóvel, nem apressada, mas enraizada nas experiências da comunidade.

É nesse ponto que a geografia humanista e a história do cotidiano dialogam profundamente com a educação patrimonial, especialmente nas metodologias participativas que valorizam os saberes locais. O reconhecimento das referências culturais como patrimônio vivo não é apenas um ato de preservação, mas um gesto de escuta sensível exercitado em Chonin. Escutar esse território é permitir que as memórias e os saberes populares sejam narrados por aqueles que os vivem e, assim, construir um conhecimento que se faz no entrelaçamento entre a ciência e a sensibilidade (Escobar, 2014) O inventário participativo, ao abrir espaço para essas vozes, deve permitir que o chão do cotidiano se torne também chão de reflexão e não elencar elementos cristalizados e isolados, sem o calor da ancestralidade que os constitui.

Ao pensar o lugar como experiência sensível, Tuan (1983) aproxima o olhar geográfico da dimensão existencial. Para ele, o lugar não é apenas onde se está, mas onde se é. O sentimento de pertencimento, de estar em casa no mundo, nasce dessa relação íntima entre corpo e paisagem, entre memória e ambiente. Essa dimensão subjetiva, que em muitos casos escapa à cartografia e à estatística, torna-se fundamental para compreender as comunidades rurais como as de Governador Valadares, especialmente Chonin de Cima, onde cada gesto cotidiano é uma forma de inscrição simbólica que transborda entre o lugar e o território, um modo de afirmar a presença e resistir ao apagamento (Escobar, 2014.; Haesbaert, 1999, 2010, 2021).

⁹ Moradoras identificadas por nomes de flores. Entrevistas realizadas em julho de 2024.

Claval (2001) reforça que a cultura é o fio que costura essas experiências. Ela é herança, mas também invenção: um campo de criação contínua onde os sujeitos reelaboram suas práticas à medida que enfrentam novos contextos históricos. As tradições não se congelam no passado; elas se reinventam no presente, atravessadas pelas transformações econômicas, tecnológicas e simbólicas do mundo contemporâneo. Como propõe Canclini (2003), a cultura latino-americana é marcada pela hibridez, pela mistura entre tradição e modernidade, entre o popular e o erudito, o local e o global. Esse hibridismo, longe de significar perda, é sinal de vitalidade: um modo de manter viva a diferença no interior das mudanças.

Essa leitura permite compreender a cultura não como um monumento estático e congelado no tempo, mas como processo. Em Governador Valadares e nas comunidades de seu entorno, a modernização e a expansão urbana impuseram rupturas e deslocamentos, mas também suscitaram reinvenções. Nas bordas do urbano ainda persistem modos de vida que reconfiguram a ideia de desenvolvimento. É neste ponto que a geografia humanista nos convida a enxergar essas práticas não como resíduos do passado, mas como formas de conhecimento que desafiam o tempo da cidade. Nesse entremeio, entre o gesto cotidiano e o discurso técnico, o território se revela em atos simples ao redor do fogão ou nas atividades realizadas no quintal.

As reflexões sobre cultura e território se tornam ainda mais complexas quando observamos o campo como espaço de vida e resistência. Wanderley (2009) e Silveira (2015) lembram que o rural não é o oposto do urbano, nem um estágio anterior do desenvolvimento, mas um modo próprio de organizar o mundo, onde o tempo, o trabalho e a sociabilidade obedecem a outras lógicas. O rural pode ser compreendido como um território de vínculos, de solidariedades e de saberes que sustentam a vida em suas múltiplas dimensões. Assim, as territorialidades rurais não são apenas geográficas, elas são, sobretudo, políticas, simbólicas e afetivas. Elas envolvem relações de pertencimento que se tecem no cotidiano, nos rituais, nas colheitas, nas festas e nas palavras (Saquet; Briskievicz, 2009; Saquet; Sposito, 2009).

O conceito de territorialidade, nesse contexto, traduz a maneira como os sujeitos vivem e significam o espaço, transformando-o em territórios que expressam uma extensão de si mesmos. O território é o chão da existência, mas também o palco da resistência. Por

isso, sua apreensão não pode ficar somente no âmbito racional, é preciso romper essa dicotomia entre o pensar e o sentir, como bem nos lembra Arturo Escobar (2014).

Contudo, as representações sobre o rural, historicamente, foram atravessadas por preconceitos geográficos. Albuquerque Júnior (2017) analisa como a modernidade brasileira construiu o estereótipo do “caipira” como a figura que sintetiza a outra face do cidadão, o atrasado diante do progresso. Essa invenção simbólica, reproduzida em discursos literários, midiáticos e políticos, consolidou uma hierarquia espacial onde o campo se tornou sinônimo de ignorância e atraso. Esse imaginário não apenas marginaliza os moradores rurais, mas também desqualifica seus saberes, suas formas de trabalho e seus modos de estar no mundo. Zamboni (2018) amplia essa crítica ao mostrar que os marcadores sociais da diferença, dentre eles o corpo, o sotaque, o modo de vestir, o ritmo da fala, funcionam como fronteiras simbólicas que reforçam desigualdades. O corpo rural, o gesto simples, o sotaque arrastado tornam-se sinais de um pertencimento desvalorizado, mas também de uma resistência que se afirma na diferença.

Nas entrevistas realizadas em Chonin de Cima, esses marcadores emergem nas falas dos moradores quando se referem à “roça” e à “sede”. A distinção não é apenas geográfica, mas simbólica, uma vez que “a roça” representa o espaço da vida simples, da partilha e do trabalho em comum; “a sede”, é visto como o lugar onde o tempo corre mais rápido, onde o mercado e a tecnologia ditam o ritmo. Essa fronteira é permeável, mas ainda carrega o peso da desigualdade histórica entre o urbano e o rural. Nesse contraste, revela-se a coexistência de temporalidades, de modos distintos de perceber e habitar o território.

As territorialidades rurais, portanto, são expressões de resistência e de re-existência (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022). São práticas que insistem em existir, mesmo quando o discurso do progresso tenta silenciá-las. Essas práticas condensam o que Lefebvre (1991) chamaria de “direito à cidade”, aqui reinterpretado como “direito ao território”: o direito de viver e significar o espaço segundo suas próprias referências. O território vivido de Chonin de Cima é, assim, materialização de resistência simbólica diante das forças homogeneizadoras da modernidade.

Por fim, compreender cultura e territorialidade sob essa lente humanista é reconhecer que o conhecimento nasce do chão, da experiência sensível e compartilhada (Saquet; Briskievicz, 2009; Saquet; Sposito, 2009). A geografia do cotidiano, feita de corpos e vozes, desafia as fronteiras rígidas entre o urbano e o rural, entre o saber erudito

e o popular. E, em Chonin de Cima, cada quintal, cada festa e cada fogão aceso testemunham essa insurgência silenciosa: a persistência de um modo de vida que transforma o tempo em memória e o espaço em pertença.

Considerações finais

A relevância dessa reflexão está na possibilidade de reposicionar o olhar sobre o rural, não como espaço do atraso, mas como campo de produção simbólica e epistemológica. Ao reconhecer as práticas cotidianas, as festas, os saberes tradicionais e os modos de habitar como expressões legítimas de conhecimento, este trabalho contribui para o diálogo entre ciência e cultura popular. Certeau (1994, 1995) já advertia que os saberes do cotidiano carregam uma inteligência própria, uma “arte do fazer” que também produz mundo e cria significados. Assim, compreender as territorialidades rurais de Chonin de Cima é também um exercício de tradução que implica na escuta dos gestos, das falas e das práticas que revelam formas outras de habitar o território.

A pesquisa ancorou-se em uma perspectiva qualitativa, interpretativa e sensível, reconhecendo o valor da experiência como fonte legítima de conhecimento. Assim, estudar as territorialidades rurais implica adentrar as dimensões simbólicas e afetivas do território, aquelas que se inscrevem no corpo, na palavra e no cotidiano. O percurso metodológico, portanto, articulou o levantamento empírico das referências culturais com a reflexão teórica sobre o território (Escobar, 2014; Florêncio *et al.*, 2016; Haesbaert, 1999, 2005, 2010, 2021).

A pesquisa realizada sobre e também com os moradores de Chonin de Cima permite um rico entrelaçamento da teoria com o campo concreto, revelando como as territorialidades são construções simbólicas que se atualizam na experiência cotidiana. O território, mais do que um recorte espacial, se torna o resultado de uma trama de vínculos, afetos e saberes partilhados. Ele se produz e se traduz no gesto, na fala, na festa, no cultivo e na memória e se expressa onde o passado não é lembrado como algo distante, mas como presença viva que orienta o sentido do existir (Escobar, 2014). As narrativas dos moradores evidenciam que o território é também tempo: uma temporalidade própria, mais lenta e circular, que se opõe ao ritmo acelerado das lógicas urbanas e capitalistas (Santos, 1994; Han, 2021).

Essas territorialidades revelam a força dos saberes tradicionais, que se reatualizam no tempo presente e resistem, silenciosamente, à homogeneização imposta pela modernidade. Como observamos a partir do diálogo entre a Geografia Humanista e a História do cotidiano, inspirado em Tuan (1983) e Certeau (1994, 1995), o lugar é expressão da experiência sensível: o habitar e o pertencer são modos de construir o mundo.

Nessa direção, Chuva (2020) e Estevam e Vianna (2024) contribuem ao discutir o saber local como forma de ciência insurgente, capaz de desafiar as epistemologias hegemônicas e propor leituras decoloniais do território. Em Chonin, essa insurgência se manifesta no cotidiano, nos modos de nomear e cuidar, nas práticas que recusam o esquecimento. O saber do território, seja ele transmitido pela oralidade, pelos gestos ou pelas tradições, constitui um modo de conhecimento que afirma o valor da experiência e da memória como formas legítimas de ciência e de resistência (Han, 2021).

Dessa forma, o presente estudo reafirma que as territorialidades rurais são mais do que categorias analíticas: são experiências de mundo.

Em síntese, Chonin de Cima reafirma que o território não é apenas chão, mas memória encarnada. O pertencimento emerge como forma de resistência: viver o território é, também, insistir em permanecer. Em Chonin, o território é vivido no ritmo das memórias, não como passado, mas como presença. Ao mesmo tempo, as territorialidades rurais de Chonin não podem ser compreendidas como resíduos de um passado arcaico, mas como expressões de uma modernidade plural, que carrega dentro de si outras formas de futuro.

Agradecimentos

Ao financiamento da FAPEMIG e do CNPQ. À comunidade de Chonin.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2017.

BRANDÃO, C. R. **A partilha da vida**. São Paulo: GEIC/Cabral, 1995.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: as artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1.

CERTEAU, M. de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995.

CHUVA, M. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. *In*: DUARTE, Alice (ed.). **Seminários DEP/FLUP**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, v. 1, p. 16-35, 2020.

<https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>

CLAVAL, P. **A geografia Cultural**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

CORSINO, C. M. Apresentação. *In*: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

EMMERICH, C.; MONSERRAT, R. Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos: Notas linguísticas. **Boletim do Museu do Índio**: Antropologia, Rio de Janeiro, v. 3, p. 5-42, 1975.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: UNAULA, 2014.

ESPINDOLA, H. S. **O Sertão do Rio Doce**. Bauru: Edusc, 2005.

ESPINDOLA, H. S. Vale do Rio Doce: fronteira, industrialização e colapso socioambiental. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 4, n. 1, p.160-206, 2015. DOI: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2015v4i1.p160-206>

ESPINDOLA, H. S.; WENDLING, I. J. Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce. **Varia História**, v. 24, p. 177-197, 2008. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0104-87752008000100009> Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/vh/a/cd8z7htDw9s56SMqCdSnTcy/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ESTEVAM, D. L.; VIANNA, L. C. R. Patrimônio, Ciência e Saberes tradicionais: Contribuições do Encontro de Saberes para a ampliação do patrimônio científico.

Museologia & Interdisciplinaridade, Brasília-DF, v. 13, n. 26, p. 115–137, 2024.

Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/52750>.

Acesso em: 1 abr. 2025.

FARIAS, M. N.; FALEIRO, W. Educação dos povos do campo no Brasil: colonialidade/modernidade e urbanocentrismo. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, p. e216229, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698216229>

FLORÊNCIO, S. R. R.; BEZERRA, J. I. M.; CLEROT, P.; CAVALCANTE, I. M. P.; SILVA, J. de S.; LONG, L.; KROHN, E. C. R.; SILVA, A. P.; MEDEIROS, M. da G.; DUTRA, M. V. de M. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília-DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodo-patrimonio_15x21web.pdf Acesso em: 10 jun. 2024.

GENOVEZ, P. F.; CAZAROTTO, J. L.; LOPES, I.; CHRISTINO, M. Comunidades rurais de Xonin de Cima/GV: sua história e o diálogo com a natureza. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, Nova Iguaçu, v. 1, p. 129-140, 2018.

GENOVEZ, P. F.; CAZAROTTO, J. L.; VILARINO, M. T. B. Antropologia médica e práticas de saúde em Xonin/Governador Valadares (década de 1950): uma abordagem interdisciplinar da atuação do SESP. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, v. 21, p. 1-16, 2025. DOI: <https://doi.org/10.14393/Hygeia2175617>

GOOGLE EARTH. **Chonin de Cima**: delimitação da área urbana do distrito (Governador Valadares, MG). 1/2025. Imagem de satélite obtida por meio da plataforma Google Earth Web, com marcações e adaptações estruturadas pelo autor. Coordenadas: 18°64'28.6"S 42°04'00.2"W. Acesso em: 19 jan. 2025.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. *In*: ROSENDALL, Z.; LOBATO, R. C. (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. p. 169-189.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à Multiterritorialidade. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 10., São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, Departamento de Geografia, 2005.

HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**, Caxias do Sul, n.3, p. 2-24, 2010.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”. Buenos Aires; Niterói: Clasco e Universidade Federal Fluminense, 2021.

HAN, B. C. **O desaparecimento dos rituais**: uma topologia do presente. Petrópolis: Vozes, 2021.

HURTADO GÓMEZ, L. M.; PORTO-GONÇALVES, C. W. Resistir y re-existir. **GEOgraphia**, Niterói, v. 24, n. 53, p. 1-10, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2022.v24i53.a54550> Disponível em: <https://www.periodicos.uff.br/geographia/article/view/54550/33356> Acesso em: 18 jun. 2024.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moares, 1991.

BERG, K. **Chonin de Cima**: A Rural Community in Minas Gerais, Brazil. Rio de Janeiro: USOM/Brazil, 1958.

SANTANA, G. B. (Girley Krenak). **Território, cultura, memória e ancestralidade: a resistência Krenak sob a perspectiva autoetnográfica**. Dissertação. (Mestrado em Gestão Integrada do Território). Programa de Pós-Graduação Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2025.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico científico-informacional**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_tecnica-espaco-tempo-milton-santos.pdf e <http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/tecnica-espaco-tempo-milton-santos.pdf> Acesso em: 17 nov. 2025.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v.1, n.31, p. 3-16, 2009.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SILVA, L. L. S. da; COSTA, A. Reflexões sobre a geografia do afeto: a excepcionalidade identitária em meio às distorções do espaço-tempo. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 42, p. e190818, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2022.190818> Disponível em: <https://revistas.usp.br/rdg/article/view/190818>. Acesso em: 22 out. 2025.

SILVEIRA, L. N. da. **Roça, uma marca registrada: o processo de valorização do rural na sociedade brasileira**. 2015. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2015.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar: a Perspectiva da Experiência**. São Paulo, DIFEL, 1983.

VILARINO, M. T. B. **Hábitos culturais e cuidados com a saúde: resistências e mudanças - constrangimentos de um processo civilizador no sertão do Rio Doce - (1942-1960)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

VILARINO, M. T. B.; GENOVEZ, P. F. (org.) **Caminhos da luta pela terra no Vale do Rio Doce: conflitos e estratégias**. Governador Valadares: Editora Univale, 2019.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

ZAMBONI, M. **Marcadores Sociais da Diferença**. São Paulo: Edição do autor, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/39240999/MARCADORES_SO-CIAIS_DA_DIFEREN%C3%87A. Acesso em 18 jun. 2025.

Recebido em 25/11/2025.

Aceito para publicação em 27/05/2026.